



# Legislação

## Evento Climático RS

### 2024

## **SOBRE A LEGISLAÇÃO EVENTO CLIMÁTICO RS 2024**

A Biblioteca do TRF4, integrante da Rede de Bibliotecas da 4ª Região, disponibiliza ao público este **compilado** de legislação federal, estadual e municipal (Porto Alegre) relacionada ao evento climático ocorrido no Rio Grande do Sul em maio de 2024, para fins de consulta e pesquisa, principalmente de magistrados e servidores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Seções Judiciárias.

Para elaboração desta seleção de atos normativos foram utilizados mais de 50 fontes de informação, dentre elas a Divulgação Diária de Legislação - DDL do TRF4, os Diários eletrônicos da Imprensa Nacional (DOU's), dos Tribunais superiores, Tribunais Regionais Federais, CNJ, Boletim de Serviço do CJF, Diário Eletrônico da OAB, Diário Oficial Estadual do Estado do RS e do Município de Porto Alegre.

Este trabalho não busca esgotar o assunto, mas sim apresentar informações relevantes para a Justiça Federal. Como a legislação é alterada constantemente, este compilado será periodicamente atualizado.

**Uma nova versão foi disponibilizada em 05 de junho de 2024, incorporando mais alguns atos e trazendo também um levantamento abrangente da legislação brasileira relacionada às mudanças climáticas e desastres.**

Solicitação de pesquisas e inteiro teor de algum ato, que por ventura possa não estar disponível, poderão ser feitas por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico [biblioteca@trf4.jus.br](mailto:biblioteca@trf4.jus.br).

## SUMÁRIO

	P.
Atos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região	4
Atos da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul	7
Atos da Seção Judiciária do Estado do Paraná	8
Legislação Federal	9
Atos do Poder Judiciário	28
Legislação Estadual - RS	31
Legislação Municipal - Porto Alegre	33
Legislação Federal sobre Mudanças Climáticas e Desastres	35
Notícias em Destaque	37

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

### EVENTO CLIMÁTICO RS – MAIO 2024

**Os atos contidos nesta divulgação não substituem o original.**  
**Para consultar os Diários Oficiais na Internet acesse:**

<https://www.gov.br/impresanacional/pt-br> ou [https://www.trf4.jus.br/trf4/diario/consulta\\_diario.php](https://www.trf4.jus.br/trf4/diario/consulta_diario.php)

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

[Resolução Conjunta 39 de 22/05/2024](#). Institui a Central de Monitoramento de Demandas Decorrentes do Desastre Climático - RS/Maio de 2024. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 24/05/2024, n. 119, p. 3.

[Portaria 252 de 05/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público no Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos dias 6 a 10 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024.

[Portaria Conjunta 388 de 08/05/2024](#). Dispõe sobre a prorrogação dos efeitos da [Portaria nº 386/2024](#)-TRF/4ª Região (0579476, SEI CJF) para manter a suspensão dos prazos processuais, sessões e audiências no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul nos dias 11 a 17 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 08/05/2024. **Revogada**

[Portaria 389 de 08/05/2024](#). Dispõe sobre o incremento de plantonistas judiciais nos dias 8 a 17 de maio de 2024 no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 08/05/2024.

[Portaria 0581550 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais na Justiça Federal de 1º Grau, nas Seções Judiciárias do Paraná e de Santa Catarina, nos dias 6 a 10 de maio, nos processos onde as entidades públicas estejam representadas pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, pela a Procuradoria Regional da União da 4ª Região e pela Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região; e estabelece outras providências. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 09/05/2024.

[Portaria Conjunta 0581672 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre as medidas temporárias decorrentes da calamidade pública decretada no Rio Grande do Sul, em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado, com a suspensão de medidas de cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região e da Procuradoria-Geral Federal. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 10/05/2024.

[Portaria 0582266 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão da emissão de certidões judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 10/05/2024.

[Portaria 253 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a extensão da suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, determinada pela Portaria nº 252/2024, até o dia 31 de maio de 2024, e outras providências. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 10/05/2024.

[Portaria Conjunta 391 de 13/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais até o dia 31 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 13/05/2024

[Portaria Conjunta 0584253 de 14/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais na Justiça Federal de 1º Grau, nas Seções Judiciárias do Paraná e de Santa Catarina, nos dias 15 a 31 de maio, e estabelece outras providências. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 14/05/2024.

[Portaria 392 de 14/05/2024](#). Dispõe sobre o plantão judicial nos dias 15 a 17 de maio de 2024 no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 14/05/2024. **Alterada pela [Portaria 393/2024](#)**

[Portaria Conjunta 0584085 de 14/05/2024](#). Dispõe sobre as medidas temporárias decorrentes da calamidade pública decretada no Rio Grande do Sul, em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado, com a suspensão de medidas de constrição de crédito nas ações em que figura no polo ativo a Caixa Econômica Federal, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 16/05/2024.

[Portaria 393 de 16/05/2024](#). Dispõe sobre o plantão judicial nos dias 17 a 27 de maio de 2024 no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 16/05/2024. **Revogada**

[Portaria Conjunta 394 de 17/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais até o dia 31 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 17/05/2024.

[Portaria 0587066 de 17/05/2024](#). Dispõe sobre a prorrogação dos efeitos da [Portaria nº 0582266/2024-TRF/4ª Região](#) para manter a suspensão da emissão de certidões judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 17/05/2024. **Revogada**

[Portaria 394 de 21/05/2024](#). Dispõe sobre a retomada da escala normal do plantão judiciário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, estabelecida pela [Portaria nº 971/2023](#), disponibilizada no Diário Eletrônico Administrativo nº 63, de 13/03/2024. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 21/05/2024, n. 115, p. 1.

[Portaria 395 de 21/05/2024](#). Dispõe sobre a revogação da [Portaria TRF4 nº 0587066](#), de 17 de maio de 2024, acerca da suspensão da emissão de certidões judiciais no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 22/05/2024, n. 116, p. 1.

[Portaria 391 de 21/05/2024](#). Revoga a Portaria Extraordinária Corregedoria Regional 2/2024. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 22/05/2024, n. 116, p. 2.

[Portaria Conjunta 4 de 22/05/2024](#). Dispõe sobre as medidas temporárias decorrentes da calamidade pública decretada no Rio Grande do Sul, em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado, com a suspensão de medidas de cobrança da dívida ativa da União - Fazenda Nacional, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 24/05/2024, n. 119, p. 2.

[Portaria 438 de 29/05/2024](#). Dispõe sobre a extensão da suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de que tratam as [Portarias nº 252/2024](#) e nº [253/2024](#), até o dia 28 de junho de 2024, e outras providências. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 24/05/2024, n. 124, p. 1.

[Decisão de 14/05/2024](#). [Autoriza excepcionalmente a emissão de guias de recolhimento de custas judiciais - GRU pelo site do Tesouro Nacional, no código de recolhimento 18710-0 - STN-Custas Judiciais (Caixa)]. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 14/05/2024.

[Despacho de 06/05/2024](#). [Manifesta-se sobre a [Recomendação CNJ 150/2024](#) e a [Recomendação CJF nº 23/2024](#), determinando a remessa à Corregedoria Regional para os encaminhamentos pertinentes à execução das medidas recomendadas.]. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024.

Corregedoria Regional. [Recomendação s.nº de 06/05/2024](#). Recomenda aos juízes com competência em execução penal que repassem valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta de Defesa Civil do estado do Rio Grande do Sul. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024.

Corregedoria Regional. [Portaria \[Conjunta\] 374 de 01/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais, sessões e audiências no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 01/05/2024, n. 111, p. 1.

Corregedoria Regional. [Portaria Conjunta 386 de 03/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais, sessões e audiências no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024.

Corregedoria Regional. [Portaria Conjunta 387 de 06/05/2024](#). Dispõe sobre a extensão da [Portaria nº 386/2024-TRF4ª Região](#) para as Seções Judiciárias de Santa Catarina e Paraná, exclusivamente quanto à suspensão dos prazos processuais nos dias 6 a 10 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024.

Corregedoria Regional. [Portaria de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a extensão da suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul determinado pela Portaria de 6 de maio de 2024, e dá outras providências. Portal Unificado da JF4 em 10/05/2024.

Corregedoria Regional. Procuradoria Regional. [Portaria Conjunta 5 de 27/05/2024](#). Dispõe sobre as medidas temporárias decorrentes do estado de calamidade pública decretada no Rio Grande do Sul, em decorrência dos eventos climáticos que atingiram o estado, com a suspensão de medidas de constrição de crédito nas ações em que figura no polo ativo a União, nas causas em que representada pela Advocacia-Geral da União, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região e da Procuradoria Regional da União da 4ª Região. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 29/05/2024, n. 123, p. 3.

Corregedoria Regional. [Decisão de 08/05/2024](#). [Determina que, a partir das 11 horas do dia 6 de maio de 2024, o plantão tenha duração pelo período ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas, designa os atuais plantonistas do plantão regional ordinário para essa atuação extraordinária e dá outras providências.]. Portal Unificado da JF4 em 08/05/2024.

Corregedoria Regional. [Decisão de 09/05/2024](#). [Cancela a Semana de Inspeção 2024 que seria realizada entre os dias 20 e 24 de maio.]. Portal Unificado da JF4 em 09/05/2024.

Corregedoria Regional. [Despacho 0582465 de 13/05/2024](#). [Divulga a cooperação judiciária entre o TRF4 e a Advocacia Geral da União, que possibilitará aos servidores e Magistrados da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul acesso imediato aos dossiês judiciais eletrônicos, bem como os documentos oriundos da integração entre o E-Proc e o Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS.]. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 13/05/2024.

Corregedoria Regional. [Orientação 1 de 15/05/2024](#). [Reforça a necessidade de marcação do assunto complementar 1208 - Enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 para correta classificação dos processos ajuizados em decorrência dos eventos climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul.]. Portal Unificado da JF4 em 15/05/2024.

Corregedoria Regional. [Orientação de 05/06/2024](#). [Dispõe sobre a necessidade de verificação da correção da marcação do assunto complementar 1208 - Enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 nas ações diretamente relacionadas ao desastre climático; e o controle do uso da "PETIÇÃO - DESASTRE CLIMÁTICO" nas ações não diretamente ligadas, mas cuja urgência venha a ser criada ou majorada em face do desastre climático.]. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 06/06/2024, n. 129, p. 3.

Sistema de Conciliação. [Ato 3.098 de 27/05/2024](#). [Designa, a partir de 27.05.2024, para atuarem na coordenação do Projeto SOS Chuvas RS: a) o Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli, da 15ª Vara Federal de Porto Alegre, sem prejuízo da jurisdição na Vara de origem. b) o Juiz Federal José Luvizetto Terra, da 4ª Vara de Passo Fundo, sem prejuízo da jurisdição na Vara de origem. c) a Diretora do Cejuscon Estadual do Rio Grande Sul, Gisele Lopes, Matrícula 11128.]. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 29/05/2024, n. 123, p. 5.

## **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Direção do Foro. [Portaria 2 de 17/05/2024](#). Suspende os prazos administrativos, no período de 18 a 31 de maio de 2024, no âmbito da Seção Judiciária do RS. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 17/05/2024.

Direção do Foro. [Portaria 1 de 17/05/2024](#)\*. Dispõe sobre a vedação de acesso ao prédio-sede da Seção Judiciária do RS. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 21/05/2024. *\*Consta como Portaria nº 2 na ementa, mas como nº1 na descrição no SEI.*

Direção do Foro. [Portaria 802 de 21/05/2024](#). Estabelece o marco inicial da retomada da fluência dos prazos administrativos, inclusive de Processos Administrativos Disciplinares e de Sindicâncias, no âmbito da Seção Judiciária do RS. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 23/05/2024, n. 117, p. 3.

Direção do Foro. [Portaria 877 de 31/05/2024](#). Dispõe sobre a extensão da suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público na Subseção Judiciária de Porto Alegre até o dia 28 de junho de 2024, e dá outras providências. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 03/06/2024, n. 126, p. 8.

Direção do Foro. [Portaria 901 de 05/06/2024](#). Prorroga a vedação de acesso ao prédio sede da Seção Judiciária do RS. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 06/06/2024, n. 129, p. 21.

Direção do Foro de Lajeado [Portaria 755 de 30/04/2024](#). [Suspende os prazos processuais, as audiências e perícias designadas, e o atendimento presencial na Subseção Judiciária de Lajeado, no período de 30/04/2024 a 03/05/2024.]. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 02/05/2024, n. 109, p. 7.

Direção do Foro de Santa Maria. [Portaria 763 de 30/04/2024](#). [Suspende os prazos processuais, as audiências e perícias designadas, e o atendimento presencial na Subseção Judiciária de Santa Maria, no dia 30/04/2024.]. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 02/05/2024, n. 109, p. 8.

Direção do Foro de Santa Cruz do Sul. [Portaria 765 de 30/04/2024](#). [Suspende os prazos processuais e as audiências designadas nos dias 02/05/2024 e 03/05/2024 na Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul.]. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 03/05/2024, n. 112, p. 15.

Direção do Foro de Uruguaiana. [Portaria 771 de 02/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão do expediente e do atendimento presencial nas Unidades Avançadas de Atendimento de Itaqui e de Alegrete nos dias 02 e 03 de maio de 2024. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 03/05/2024, n. 112, p. 16.

Direção do Foro de Cachoeira do Sul. [Portaria 772 de 02/05/2024](#). Suspensão do expediente presencial na 1ª Vara Federal de Cachoeira do Sul nos dias 02 e 03 de maio de 2024 em razão dos eventos climáticos. DEJF 4ªR (Ed. Adm.), de 03/05/2024, n. 112, p. 12.

## SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

[Portaria de 06/05/2024](#). Suspende todos os prazos administrativos a partir de 06 de maio de 2024, inclusive, até o dia 11 de maio, ou até o restabelecimento do sistema SEI, o que ocorrer primeiro. **(Solicitar à Biblioteca)**

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### Congresso Nacional

[Decreto Legislativo 36 de 07/05/2024](#). Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a ocorrência do estado de calamidade pública em parte do território nacional, para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed, Extra A), de 07/05/2024, n. 87, p. 1.

### Presidência da República

[Lei Complementar 206 de 16/05/2024](#). Autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União; e altera a [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a [Lei Complementar nº 159](#), de 19 de maio de 2017. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 4.

[Lei 14.855 de 16/05/2024](#). Altera a [Lei nº 14.791](#), de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 4.

[Lei 14.856 de 17/05/2024](#). Altera a [Lei nº 14.822](#), de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. DOU (Seção 1/Extra B), de 17/05/2024, n. 95-B, p. 1.

[Lei 14.872 de 28/05/2024](#). Altera a [Lei nº 12.340](#), de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre o custeio de ações de recuperação em propriedades de agricultura familiar atingidas por desastres. DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 2.

[Decreto 12.016 de 07/07/2024](#). Altera o [Decreto nº 5.113](#), de 22 de junho de 2004, que regulamenta o art. 20, inciso XVI, da [Lei nº 8.036](#), de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e dispensa o intervalo mínimo para novo saque do FGTS na hipótese da situação de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024. DOU (Seção 1/Ed, Extra A), de 07/05/2024, n. 87, p. 1.

[Decreto 12.019 de 15/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 5.113](#), de 22 de junho de 2004, para dispor sobre a dispensa da documentação comprobatória para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na hipótese de situação de emergência ou estado de calamidade pública. DOU (Seção 1), de 16/05/2024, n. 94, p. 1.

[Mensagem 175 de 06/05/2024](#). Encaminhamento ao Congresso Nacional do pedido de reconhecimento do estado de calamidade pública em parte do território nacional para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed, Extra B), de 06/05/2024, n. 86, p. 1.

[Medida Provisória 1.216 de 09/05/2024](#). Autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a mutuários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do disposto no [Decreto Legislativo nº 36](#), de 7 de maio de 2024; altera a [Lei nº 13.999](#), de 18 de maio de 2020, e a [Lei nº 14.042](#), de 19 de agosto de 2020; autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica para constituição de escritórios de projetos; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito, tendo em vista os efeitos negativos decorrentes de desastres naturais; e dá outras providências. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 09/05/2024, n. 89, p. 1.

[Medida Provisória 1.217 de 09/05/2024](#). Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a importar arroz beneficiado ou em casca para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 09/05/2024, n. 89, p. 2.

[Medida Provisória 1.218 de 11/05/2024](#). Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.179.438.240,00, para os fins que especifica. **Republicação**. DOU (Seção 1/Ed. Extra E), de 12/05/2024, n. 90-E, p. 1. *Republicada parcialmente por ter saído no DOU nº 90-D, edição extra, de 11/05/2024, Seção 1, pág. 1, com incorreção.*

[Medida Provisória 1.219 de 15/05/2024](#). Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 15/05/2024, n. 93, p. 1.

[Medida Provisória 1.220 de 15/05/2024](#). Cria a Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 15/05/2024, n. 93, p. 1.

[Medida Provisória 1.221 de 17/05/2024](#). Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública. DOU (Seção 1/Extra B), de 17/05/2024, n. 95-B, p. 1.

[Medida Provisória 1.222, de 21/05/2024](#). Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 21/05/2024, n. 97, p. 1.

[Medida Provisória 1.223 de 23/05/2024](#). Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal, da Defensoria Pública da União, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.828.262.094,00, para os fins que especifica. DOU (Seção 1/Extra B), de 23/05/2024, n. 99-B, p. 1.

[Medida Provisória 1.226 de 29/05/2024](#). Altera a [Lei nº 12.351](#), de 22 de dezembro de 2010, para autorizar a utilização do superávit financeiro do Fundo Social como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas jurídicas e físicas

localizadas em ente federativo em estado de calamidade pública, nos termos do art. 65 da [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000, autoriza a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações para a cobertura das operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural com beneficiários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, e dispõe sobre a subvenção de que trata o art. 2º da [Medida Provisória nº 1.216](#), de 9 de maio de 2024. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 29/05/2024, n. 103, p. 1.

Advocacia-Geral da União. [Portaria Normativa 132 de 06/05/2024](#). Institui, no âmbito da Advocacia-Geral da União, Grupo Especial, para assessoramento jurídico, acompanhamento e atuação nas demandas judiciais e extrajudiciais relacionadas às emergências e às políticas públicas de reconstrução e apoio à população afetada pela calamidade pública decorrente das chuvas que atingiram o território do Rio Grande do Sul a partir de 24 de abril de 2024. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 9.

Advocacia-Geral da União. Procuradoria-Geral da União. [Portaria Normativa 19 de 13/05/2024](#). Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança de créditos da União, não inscritos em dívida ativa, cobrados pela Procuradoria-Geral da União em decorrência do estado de calamidade pública em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, reconhecido pelo [Decreto nº 57.596](#), de 1º de maio de 2024, e ratificado pelos [Decretos nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, e nº [56.603](#), de 5 de maio de 2024, todos do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 6.

Secretaria-Geral. [Portaria 181 de 28/05/2024](#). Institui o Fórum de Participação Social no Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de articular a sociedade civil para a participação social com educação popular, de apoiar a organização de usuárias(os) e beneficiárias(os), na formulação e acompanhamento das políticas públicas federais. DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 39.

Secretaria de Comunicação Social. [Instrução Normativa 6 de 02/06/2024](#). Dispõe sobre a criação do selo Brasil Unido pelo Rio Grande do Sul para utilização durante o enfrentamento da calamidade pública, em apoio à reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 04/06/2024, n. 105, p. 5.

## Ministério da Agricultura e Pecuária

[Portaria 683 de 28/05/2024](#). Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária, o Programa Emergencial de Reconstrução do Agronegócio no estado do Rio Grande do Sul e o Gabinete Itinerante. DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 40.

Secretaria de Defesa Agropecuária. [Portaria 1.112 de 14/05/2024](#). Instala o Centro de Operações de Emergência na Secretaria de Defesa Agropecuária frente ao Desastre Climático no Rio Grande do Sul (COE - SDA - Desastre Climático/RS), como mecanismo de articulação intra e interinstitucional em resposta aos impactos produzidos na agropecuária nacional pelas chuvas intensas na região sul do país. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 8.

Secretaria de Defesa Agropecuária. [Portaria 1.114 de 15/05/2024](#). Autorizar, em caráter excepcional e temporário, o comércio interestadual de produtos de origem animal de estabelecimentos não integrantes do Sisbi-Poa registrados em Serviços de Inspeção Estadual, Municipal ou vinculados a consórcios públicos de municípios, localizados no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 15/05/2024, n. 93, p. 1.

### Ministério das Cidades

[Instrução Normativa 12 de 17/05/2024](#). Altera a [Instrução Normativa nº 47](#), de 20 de dezembro de 2023, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referente à área de Habitação, para o exercício de 2024, e a [Instrução Normativa nº 48](#), de 19 de dezembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que regulamenta os Programas Carta de Crédito Individual, Carta de Crédito Associativo e Apoio à Produção de Habitações, integrantes da área de aplicação Habitação Popular, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. DOU (Seção 1), de 20/05/2024, n. 96, p. 3.

[Portaria 409 de 26/04/2024](#). Altera a [Portaria nº 1.417](#), de 6 de novembro de 2023, do Ministério das Cidades [que estabelece meta física e define rito para contratação de propostas, por intermédio do Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural, voltadas à construção ou à melhoria de unidades habitacionais para atendimento de famílias residentes em áreas rurais atingidas por desastres naturais que tenham dado causa à decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, reconhecidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional entre outros.]. DOU (Seção 1), de 16/05/2024, n. 94, p. 9.

[Portaria 478 de 15/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de participação financeira de beneficiários de empreendimentos habitacionais localizados no Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência de situação de calamidade pública. DOU (Seção 1), de 20/05/2024, n. 96, p. 4.

### Ministério da Cultura

[Portaria 128 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos para o Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios elaborarem o Plano Anual de Aplicação dos Recursos - PAAR, de que trata a [Lei nº 14.399](#), de 8 de julho de 2022, bem como implementarem os componentes do Sistema Nacional de Cultura em seus territórios. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 39.

Agência Nacional do Cinema. [Portaria 647-E de 10/05/2024](#). Estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos efeitos e impactos do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere ao setor audiovisual e às atribuições da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, nos limites de sua competência. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 46.

### Ministério da Defesa

[Portaria 2.309 de 01/05/2024](#). Aprova a Diretriz Ministerial que regula o emprego temporário e episódico das Forças Armadas em atividades de apoio logístico às ações de

Proteção e Defesa Civil nos municípios da Região Sul em situação de calamidade pública, nos termos da [Portaria nº 2.852](#), de 7 de setembro de 2023, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil. DOU (Seção 1), de 03/05/2024, n. 85, p. 23.

#### Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

[Portaria 13 de 13/05/2024](#). Prorroga a vigência da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (DAP) no estado do Rio Grande do Sul, devido ao estado de calamidade pública, reconhecido pelo [Decreto Estadual nº 57.596](#), de 01 de maio de 2024, decorrente de eventos climáticos de grande intensidade, sendo classificados como desastres de Nível III. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 20.

[Portaria Interministerial 4 de 28/05/2024](#). Estabelece parâmetros para a importação de arroz beneficiado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, visando mitigar as consequências sociais e econômicas de eventos climáticos extremos no Estado do Rio Grande do Sul, e determina diretrizes para a distribuição do produto em regiões metropolitanas. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 28/05/2024, n. 102, p. 1.

#### Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

[Portaria 985 de 17/05/2024](#). Estabelece medidas emergenciais para a gestão e operação do Programa Bolsa Família, instituído pela [Lei nº 14.601](#), de 19 de junho de 2023, do Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela [Lei nº 14.237](#), de 19 de novembro de 2021, e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, disposto no art. 6º-F da [Lei nº 8.742](#), de 07 de dezembro de 1993, destinadas aos municípios e ao Estado do Rio Grande do Sul - RS, em decorrência do Estado de Calamidade Pública, declarada por meio do [Decreto do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nº 57.596, de 1º de maio de 2024](#), e reconhecida sumariamente pela União por meio da [Portaria nº 1.467](#), de 8 de maio de 2024, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ou de situação de emergência. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 17/05/2024, n. 95-B, p. 4.

[Portaria 991 de 28/05/2024](#). Dispõe sobre a estratégia coordenada de ações em emergência da assistência social no Estado do Rio Grande do Sul, denominada Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Rio Grande do Sul (FORSUAS/RS). DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 56.

#### Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

[Portaria 147 de 17/05/2024](#). Dispõe sobre a remuneração do administrador do Fundo Garantidor para Investimentos e dos agentes financeiros no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Peac-FGI e do Programa Emergencial de Acesso a Crédito Solidário para atendimento às catástrofes ocorridas em setembro de 2023 e em abril e maio de 2024 em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - Peac-FGI Crédito Solidário RS, define os limites e os critérios de alavancagem e de taxa de juros aplicáveis aos Programas e dá outras providências. DOU (Seção 1/Extra A), de 21/05/2024, n. 96-A, p. 1.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. [Portaria 272 de 27/05/2024](#). Estabelece medidas a serem adotadas durante o período de restrição, objetivando evitar a descontinuidade dos serviços de metrologia legal, de avaliação da conformidade e de acreditação disponibilizados ao Estado do Rio Grande do Sul/RS. DOU (Seção 1), de 28/05/2024, n. 102, p. 83.

Secretaria de Comércio Exterior. [Portaria 317 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a importação de bens usados, recebidos a título de doação, para socorro e assistência decorrente de calamidade pública decretada no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 1.

Secretaria de Comércio Exterior [Portaria 318 de 13/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos nos procedimentos de defesa comercial e das avaliações de interesse público conduzidas pelo Departamento de Defesa Comercial, em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 41.

## Ministério da Educação

Conselho Nacional de Educação. Secretaria Executiva. [Resolução 3 de 13/05/2024](#). Define diretrizes orientadoras aos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, para a retomada segura das aulas na Educação Básica e na Educação Superior em razão do estado de calamidade pública causado pelos eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 41.

Secretaria de Educação Básica. [Portaria 23 de 09/05/2024](#). Prorroga o prazo de declaração de matrículas de entes da federação em estado de calamidade pública ou sob impacto de eventos climáticos extremos no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 135.

Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. [Portaria Conjunta 1 de 20/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos de avaliação in loco, de supervisão e de regulação para as Instituições de Educação Superior do sistema federal de ensino afetadas pelos eventos climáticos no território do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 21/05/2024, n. 97, p. 102.

Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. [Portaria 210 de 29/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos de processos de renovação de certificação, de prestação de informações solicitadas em diligências, de interposição de recursos administrativos e de solicitação de termo de ajuste de gratuidade para entidades sediadas no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 03/06/2024, n. 104, p. 30.

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. [Portaria 142 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado no país, concedidas aos Programas de Pós-Graduação localizados no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito dos programas e acordos de competência da Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 135.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. [Resolução 9 de 20/05/2024](#). Institui procedimentos para a assistência financeira para as redes de ensino federal, estadual e municipal de educação básica do Estado do Rio Grande do Sul, em caráter emergencial, para os municípios listados na [Portaria SEDEC/MDR nº 1.377](#), de 5 de maio de 2024 [que reconhece o Estado de Calamidade Pública em municípios do Rio Grande do Sul - RS], da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ou outra que venha a substituí-la, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. DOU (Seção 1), de 21/05/2024, n. 97, p. 102.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. [Resolução 10 de 23/05/2024](#). Institui procedimentos para a assistência técnica e financeira para recuperação das Redes Físicas Escolares Públicas do estado do Rio Grande do Sul, em caráter emergencial, para os municípios listados na [Portaria SEDEC/MDR nº 1.377](#), de 5 de maio de 2024, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ou outra que venha a substituí-la, no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD e do Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 24/05/2024, n. 100, p. 2.

#### **Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**

[Portaria 100 de 17/05/2024](#). Regulamenta a [Medida Provisória nº 1.216](#), de 9 de maio de 2024, para disciplinar as operações de garantia de financiamentos e empréstimos a mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos em abril e maio de 2024 e que estejam situados em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou emergência reconhecido pelo Poder Executivo Federal. DOU (Seção 1), de 20/05/2024, n. 96, p. 29.

#### **Ministério do Esporte**

[Portaria 52 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão das atividades e alteração dos projetos desportivos e paradesportivos regidos pela Lei de Incentivo ao Esporte, em virtude do estado de calamidade pública declarado pelo Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 136.

#### **Ministério da Fazenda**

[Portaria 817 de 20/05/2024](#). Regulamenta a análise de operações de crédito com a garantia da União que se enquadrem no disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000. DOU (Seção 1), de 21/05/2024, n. 97, p. 103.

[Portaria 835 de 23/05/2024](#). Regulamenta o art. 2º da [Medida Provisória nº 1.216](#), de 9 de maio de 2024, para disciplinar a concessão de subvenção econômica sob a forma de desconto nos financiamentos de crédito rural a serem contratados, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 em municípios do estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública e de situação de emergência reconhecido pelo Congresso Nacional,

nos termos do [Decreto Legislativo 36](#), de 7 de maio de 2024. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 23/05/2024, n. 99, p. 5.

[Portaria 859 de 27/05/2024](#). Estabelece, nos termos do disposto no art. 2º da [Lei Complementar nº 206](#), de 16 de maio de 2024, limites para postergação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o prazo dessa postergação. DOU (Seção 1), de 28/05/2024, n. 102, p. 86.

Caixa Econômica Federal. Diretoria Fundos de Governo. [Circular 1057 de 22/05/2024](#). Dispõe sobre a prorrogação da suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, referentes às competências de outubro de 2023 a janeiro de 2024 para os empregadores alcançados pela [Portaria nº 3.553](#) do Ministério do Trabalho e Emprego, de 23 de outubro de 2023, como também sobre a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS referentes às competências de abril de 2024 a julho de 2024, autorizada pela publicação da [Portaria nº 729](#) do Ministério do Trabalho e Emprego, de 15 de maio de 2024 e alterações posteriores, para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública. DOU (Seção 1), de 24/05/2024, n. 100, p. 38.

Comissão de Valores Mobiliários. Gerência Executiva. [Resolução 202 de 10/05/2024](#). Prorroga determinados prazos com vencimento nos meses de maio e junho de 2024 em razão do estado de calamidade decorrente de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 144.

Comitê Gestor do Simples Nacional. [Resolução 175 de 10/05/2024](#). Prorroga, excepcionalmente, os prazos para o pagamento de parcelamentos e para o cumprimento de obrigações acessórias pelos contribuintes com matriz localizada no Estado do Rio Grande do Sul optantes pelo Simples Nacional, em decorrência dos eventos climáticos ocorridos naquele Estado. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 1.

Comitê Gestor do Simples Nacional. [Portaria 45 06/05/2024](#). Dispõe sobre prorrogação das datas de vencimento dos tributos apurados no Simples Nacional para contribuintes com matriz nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul - RS incluídos em Decreto de calamidade pública estadual. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 06/05/2024, n. 87, p. 1.

Comitê Gestor do Simples Nacional. [Portaria 46, de 04/06/2024](#). Dispõe sobre prorrogação das datas de vencimento dos tributos apurados no Simples Nacional para contribuintes com matriz nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul - RS incluídos em Decreto de calamidade pública estadual. DOU (Seção 1), de 05/06/2024, n. 106, p. 24.

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. [Portaria 733 de 05/05/2024](#). Dispõe sobre suspensão de prazos e retirada de pauta no âmbito do CARF em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 34.

Conselho Monetário Nacional. [Resolução 5.132 de 10/05/2024](#). Autoriza a renegociação de operações de crédito rural em municípios do estado do Rio Grande do Sul atingidos

por enchentes, alagamentos, chuvas intensas, enxurradas, vendaval, deslizamentos ou inundações. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 137.

Conselho Monetário Nacional. [Resolução 5.133 de 13/05/2024](#). Estabelece, por tempo determinado, diante dos impactos da emergência climática no Rio Grande do Sul, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito tituladas por residentes naquela unidade federativa, para fins do gerenciamento do risco de crédito. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 45.

Conselho Monetário Nacional. [Resolução 5.134 de 13/05/2024](#). Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em virtude das consequências econômicas derivadas de eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 45.

Conselho Monetário Nacional. [Resolução 5.135 de 13/05/2024](#). Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos de comunicação de perdas, de comprovação de perdas e de cálculo de coberturas, em razão de enchentes, alagamento, chuvas intensas, enxurradas, vendaval, deslizamentos ou inundações no estado do Rio Grande do Sul, para as operações enquadradas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária de que trata o Capítulo 12 do Manual de Crédito Rural (MCR). DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 45.

Conselho Monetário Nacional. [Resolução 5.137 de 23/05/2024](#). Dispõe sobre os critérios para constituição, até 31 de dezembro de 2024, de provisão para perdas prováveis nas operações de crédito realizadas no âmbito dos programas federais destinados ao enfrentamento das consequências econômicas derivadas de eventos climáticos no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 24/05/2024, n. 100, p. 25.

Conselho Nacional de Política Fazendária. [Despacho 25 de 17/05/2024](#). Publica Ajuste SINIEF e Convênios ICMS aprovados na 392ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 17.05.2024. [AJUSTE SINIEF Nº 11, de 17 de maio de 2024, que prorroga o prazo de entrega da Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS-IPI) por 60 (sessenta) dias pelas empresas que possuem matriz ou filial no Estado do Rio Grande do Sul.]. DOU (Seção 1), de 20/05/2024, n. 96, p. 29.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. [Portaria 737 de 06/05/2024](#). Dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento, em decorrência do estado de calamidade pública em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, reconhecido pelo [Decreto nº 57.596](#), de 1º de maio de 2024, e ratificado pelos [Decretos nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, e [nº 56.603](#), de 5 de maio de 2024, todos do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 06/05/2024, n. 86, p. 2.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. [Portaria 764 de 10/05/2024](#). Altera a [Portaria PGFN nº 737](#), de 6 de maio de 2024, que dispõe sobre medidas relacionadas aos atos de cobrança da dívida ativa da União em decorrência do estado de calamidade pública em municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 1.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. [Portaria 415 de 06/05/2024](#). Prorroga prazos para pagamento de tributos federais, inclusive parcelamentos, e para cumprimento de obrigações acessórias, e suspende prazos para a prática de atos processuais no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para contribuintes domiciliados nos municípios enumerados no Anexo Único desta Portaria, localizados no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 06/05/2024, n. 86, p. 4.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. [Instrução Normativa 2.192 de 08/05/2024](#). Altera a [Instrução Normativa SRF nº 611](#), de 18 de janeiro de 2006, e a [Instrução Normativa RFB nº 1.059](#), de 2 de agosto de 2010, para dispor sobre o uso do formulário de Declaração Simplificada de Importação (DSI) relativo a doações em calamidades públicas. DOU (Seção 1), de 09/05/2024, n. 89, p. 85.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. [Instrução Normativa 2.196 de 28/05/2024](#). Altera a [Instrução Normativa RFB nº 840](#), de 25 de abril de 2008, para permitir a formalização de processo administrativo fiscal para aplicação da pena de perdimento sobre produtos abandonados em unidades de fronteira terrestre na vigência de estado de calamidade pública. DOU (Seção 1), de 03/06/2024, n. 104, p. 26.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. [Portaria 419 de 10/05/2024](#). Altera a [Portaria RFB nº 415](#) de 6 de maio de 2024, que prorroga prazos para pagamento de tributos federais, inclusive parcelamentos, e para cumprimento de obrigações acessórias, e suspende prazos para a prática de atos processuais no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para contribuintes domiciliados nos municípios do Rio Grande do Sul em estado de calamidade pública. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 3.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. [Portaria Conjunta 6 de 10/05/2024](#). Prorroga prazos de validade de certidões emitidas em nome de contribuintes domiciliados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul constantes do Anexo Único. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 2.

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil [Portaria 421 de 21/05/2024](#). Prorroga o prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital - ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF para contribuintes domiciliados nos municípios enumerados no Anexo Único da [Portaria RFB nº 415](#), de 6 de maio de 2024, localizados no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 23/05/2024, n. 99, p. 27.

Secretaria do Tesouro Nacional. [Portaria 756 de 10/05/2024](#). Prioriza a análise de pleitos realizados por unidades da Federação atingidas e localizadas no território em que for reconhecido estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional e enquanto perdurar o referido estado de calamidade, referentes à contratação de operações de crédito e concessão de garantia da União, bem como ao atendimento técnico realizado por intermédio do Fale Conosco do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem). DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 144.

## Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Portaria 3.179 de 09/05/2024](#). Institui time volante para contribuir com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional no enfrentamento da situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 10/05/2024, n. 90, p. 130.

Secretaria de Gestão de Pessoas. [Portaria 3.659, de 28/05/2024](#). Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC quanto às medidas de enfrentamento do estado de calamidade pública em consequências de eventos climáticos, relacionadas à atualização cadastral destinada à comprovação de vida das pessoas beneficiárias com endereço residencial no Estado de Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 03/06/2024, n. 104, p. 39.

Secretaria Nacional de Políticas Penais. [Portaria 340 de 22/05/2024](#). Dispõe sobre aplicação da transferência obrigatória de recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN ao fundo penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, dos exercícios 2016 a 2023, como medida excepcional perante o estado de calamidade pública. DOU (Seção 1), de 23/05/2024, n. 99, p. 70.

Secretaria de Relações de Trabalho. [Portaria 3.498 de 22/05/2024](#). Altera a [Portaria SRT/MGI nº 5503](#), de 20 de setembro de 2023, que estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano. DOU (Seção 1), de 23/05/2024, n. 99, p. 52.

Secretaria de Relações de Trabalho. [Portaria 3.651 de 28/05/2024](#). Autoriza o pagamento excepcional, em razão da situação de calamidade pública no estado do Rio Grande do Sul, de vantagens concedidas administrativamente classificadas como despesas de exercícios anteriores relativos a pessoal, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec. DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 98.

## Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

[Portaria 1.384 de 06/05/2024](#). Estabelece os procedimentos referentes à liberação sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastres súbitos e de grande intensidade, pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 42.

[Portaria 1.466 de 07/05/2024](#). Altera o art. 2º da [Portaria n. 1384](#) de 6 de maio de 2024, que estabelece os procedimentos referentes à liberação sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastres súbitos e de grande intensidade, pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 07/05/2024, n. 87, p. 2.

[Portaria 1530 de 10/05/2024](#). Autoriza a movimentação financeira, sem a utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC, das contas bancárias específicas abertas

pelos entes federados para pagamento de despesas com a execução de ações de resposta em áreas atingidas por desastres súbitos e de grande intensidade. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 4.

[Portaria 1531 de 11/05/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 11/05/2024, n. 90-C, p. 1.

[Portaria 1.639 de 15/05/2024](#). Estender, excepcionalmente, para o desastre em curso no Estado do Rio Grande do Sul, a liberação sumária para a execução de ações de socorro e assistência às vítimas em áreas com situação de emergência declarada pelo ente federado afetado. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 15/05/2024, n. 93, p. 1.

[Portaria 1.710 de 17/05/2024](#). Estabelece, em caráter excepcional, a liberação sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de forma ampliada em áreas atingidas por desastres súbitos de média e grande intensidades, com estado de calamidade ou situação de emergência declarada pelo ente federado afetado no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Extra B), de 17/05/2024, n. 95-B, p. 5.

[Portaria 1.774 de 21/05/2024](#). Disciplina procedimentos relativos ao pagamento do Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo Federal. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 21/05/2024, n. 97, p. 1.

[Portaria 1.936 de 29/05/2024](#). Institui o Comitê do Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo Federal, no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. DOU (Seção 1/Ed. Extra D), de 03/06/2024, n. 103-D, p. 11.

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Diretoria Colegiada. Área de Regulação de Usos. Superintendência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos. [Resolução 196 de 24/05/2024](#). Dispõe sobre a prorrogação da data de validade das outorgas de domínio da União no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 27/05/2024, n. 101, p. 62.

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. [Portaria 489 de 27/05/2024](#). Institui o Grupo de Trabalho Estudos de Cheias no Rio Grande do Sul (GT Cheias RS). DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 100.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.354 de 02/05/2024](#). Reconhece o estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul/RS. DOU (Seção 1/Ed. Extra), de 02/05/2024, n. 84-A, p. 21.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.377 de 05/05/2024](#). Reconhece, sumariamente, o Estado de Calamidade Pública em municípios do Rio Grande do Sul - RS. DOU (Seção 1/Ed. Extra), de 05/05/2024, n. 85-C, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.379 de 05/05/2024](#). Altera a [Portaria 1.377](#), de 5 de maio de 2024, que reconhece, sumariamente, o Estado de Calamidade Pública em municípios do Rio Grande do Sul - RS. DOU (Seção 1/Ed. Extra), de 05/05/2024, n. 85-D, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.402 de 06/05/2024](#). Revoga a Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 44.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.467 de 08/03/2024](#). Altera a [Portaria nº 1.377](#), de 5 de maio de 2024, que reconhece, sumariamente, o Estado de Calamidade Pública em municípios do Rio Grande do Sul - RS. DOU (Seção 1/Ed. Extra), de 08/05/2024, n. 88, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.496 de 09/05/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 09/05/2024, n. 89, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.523 de 09/05/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 4.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.772 de 21/05/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 21/05/2024, n. 97, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.882 de 28/05/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Extra A), de 28/05/2024, n. 102, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.802 de 31/05/2024](#). Reconhecer o Estado de Calamidade Pública e a Situação de Emergência em municípios do Rio Grande do Sul - RS. DOU (Seção 1/Ed. Extra F), de 31/05/2024, n. 103-F, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.950 de 29/05/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Arroio dos Ratos - RS, para execução de ações de Defesa Civil. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 05/06/2024, n. 106, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.952 de 03/06/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Soledade - RS, para execução de ações de Defesa Civil. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 05/06/2024, n. 106, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.954 de 04/06/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e

assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 05/06/2024, n. 106, p. 1.

Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. [Portaria 1.955, de 04/06/2024](#). Autoriza o empenho e a transferência sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastre súbito e de grande intensidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 05/06/2024, n. 106, p. 1.

### **Ministério da Justiça e Segurança Pública**

[Portaria 679 de 03/05/2024](#). Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra), de 03/05/2024, n. 85-B, p. 9.

[Portaria 684 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a mobilização da Força Penal Nacional no Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 5.

[Portaria 687 de 17/05/2024](#). Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 21/05/2024, n. 97, p. 120.

### **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. [Portaria 57 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais dos processos administrativos referentes a infrações ambientais e outros procedimentos em tramitação no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), originados no Estado do Rio Grande do Sul (RS), em decorrência da situação de calamidade pública declarada pelo [Decreto nº 57.596](#) de 1º de maio de 2024, e estabelece outras providências. DOU (Seção 1), de 13/05/2024, n. 91, p. 163.

### **Ministério de Minas e Energia**

Agência Nacional de Energia Elétrica. Diretoria Colegiada. [Resolução Normativa 1.092 de 14/05/2024](#). Flexibilização das Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para enfrentamento da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 20/05/2024, n. 96, p. 58.

### **Ministério de Portos e Aeroportos**

Agência Nacional de Aviação Civil. [Resolução 746 de 20/05/2024](#). Estabelece, a título provisório, urgente e excepcional, serviços aéreos regulares na infraestrutura militar disponibilizada pelo Comando da Aeronáutica junto à Base Aérea de Canoas, localizado em Canoas (RS), a qual comportará a transferência parcial das operações do Aeroporto Salgado Filho, localizado em Porto Alegre (RS). DOU (Seção 1/Extra C), de 20/05/2024, n. 96-C, p. 1.

Agência Nacional de Aviação Civil. [Resolução 747 de 23/05/2024](#). Estabelece, a título provisório, urgente e excepcional, os procedimentos especiais e temporários quanto ao transporte de armas de fogo e munições nas operações civis de aeronaves na Base Aérea

de Canoas (BACO ou SBCO), localizada em Canoas (RS), para viabilizar a operação em caráter extraordinário. DOU (Seção 1), de 24/05/2024, n. 100, p. 68.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários [Resolução 114 de 13/05/2024](#). [Determina às autoridades portuárias públicas que concedam preferência de atracação às embarcações utilizadas para transporte de donativos às vítimas das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul.]. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 64.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários. [Resolução 115 de 25/05/2024](#). Estabelece, em caráter especial e emergencial, medidas para atendimento às consequências dos eventos climáticos no Estado Rio Grande do Sul, no âmbito do transporte aquaviário. DOU (Seção 1), de 28/05/2024, n. 102, p. 152.

Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias. [Resolução 4 de 07/05/2024](#). Institui grupo de trabalho composto por representantes de órgãos que integram a CONAERO, com o objetivo de contribuir para a coordenação de ações de atendimento à crise associada às enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 78.

Comissão Nacional das Autoridades nos Portos. [Resolução 2 de 13/05/2024](#). Institui grupo de trabalho composto por representantes de órgãos que integram a CONAPORTOS, com o objetivo de contribuir para a coordenação de ações de atendimento à crise associada às enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 78.

## Ministério da Previdência Social

[Portaria 1.396 de 08/05/2024](#). Dispõe sobre regime extraordinário de emissão e renovação da validade do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e de sua emissão emergencial para o Estado e Municípios do Rio Grande do Sul em decorrência da calamidade pública reconhecida por meio das Portarias do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional [nº 1.377](#) e [nº 1.379](#), de 5 de maio de 2024. DOU (Seção 1), de 10/05/2024, n. 90, p. 260.

[Portaria 1.394 de 08/05/2024](#). Altera a Portaria MTP nº 389, de 23 de fevereiro de 2022, que cria o Comitê Gestor de Medidas de Amparo a Trabalhadores e Beneficiários do INSS nos Municípios em Situação de Calamidade Pública e estabelece medidas a serem adotadas para amparo aos trabalhadores e beneficiários do INSS atingidos, em casos de calamidade pública reconhecida por ato do Poder Executivo federal. DOU (Seção 1), de 22/05/2024, n. 98, p. 214.

[Portaria Conjunta 15 de 21/05/2024](#). Dispõe sobre os procedimentos a serem observados por sessenta dias, contados a partir do dia 24 de abril de 2024, no âmbito do Ministério da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social e do Conselho de Recursos de Previdência Social, em razão do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública e da Situação de Emergência no Rio Grande do Sul, e dá outras providências. DOU (Seção 1), de 22/05/2024, n. 98, p. 214.

Conselho Nacional de Previdência Social. [Resolução 1.364 de 28/05/2024](#). [Recomenda ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a publicação de norma específica com vistas a autorizar, excepcionalmente, que as instituições financeiras que operam com crédito consignado pactuem, com os titulares de benefícios previdenciários e assistenciais, residentes e domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul, a adoção de carência, com a cobrança de juros, para a contratação de novas operações de empréstimo consignado e o refinanciamento das já existentes, pelo prazo de até cento e oitenta dias.]. DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 128.

Conselho de Recursos da Previdência Social. [Portaria 1.541 de 21/05/2024](#). Autoriza a execução da ação extraordinária, no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social, para análise e julgamento dos recursos administrativos de interessados residentes e domiciliados no estado do Rio Grande do Sul, em decorrência do reconhecimento do estado de calamidade pública pela [Portaria nº 1.377](#) de 5 de maio de 2024, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e [Decreto nº 57.600](#) de 4 de maio de 2024, do Estado do Rio Grande do Sul, que reiterou o [Decreto nº 57.596](#) de 1º de maio de 2024. DOU (Seção 1), de 23/05/2024, n. 99, p. 82.

Instituto Nacional do Seguro Social. [Portaria Conjunta 46 de 03/05/2024](#). Antecipação do pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para os beneficiários com domicílio nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 87.

## Ministério da Saúde

[Portaria 3.697 de 03/05/2024](#). Institui o Centro de Operações de Emergências para a situação de chuvas intensas e inundações na Região Sul, no âmbito do Ministério da Saúde. DOU (Seção 1/Ed. Extra), de 03/05/2024, n. 85-B, p. 9.

[Portaria 3.750 de 07/05/2024](#). Autoriza o repasse de recurso financeiro do Fundo Nacional de Saúde à Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e Fundos Municipais de Saúde que especifica, afetados pelas intensas chuvas no período de 24 de abril a maio de 2024. DOU (Seção 1), de 08/05/2024, n. 88, p. 106.

[Portaria 3.793 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre os valores referentes à parcela do mês de maio de 2024, de forma antecipada, aos Municípios e ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o Título IX-A da [Portaria de Consolidação GM/MS nº 6](#), de 28 de setembro de 2017, relativos ao repasse da assistência financeira complementar. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 5.

[Portaria 3.795 de 10/05/2024](#). Autoriza, em caráter excepcional e temporário, a flexibilização de regras para a dispensação de medicamentos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 8.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. [Resolução 863 de 08/05/2024](#). Dispõe sobre as ações excepcionais e temporárias a serem adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para o enfrentamento da ocorrência do estado de calamidade pública em parte do território nacional e atendimento às

consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 08/05/2024, n. 88, p. 13.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. [Resolução 864 de 08/05/2024](#). Dispõe sobre a permissão, em caráter temporário, da dispensação de medicamentos sujeitos à Notificação de Receita, nos termos da [Portaria SVS/MS nº 344](#), de 12 de maio de 1998, por meio de Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias, frente a ocorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 08/05/2024, n. 88, p. 13.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. [Resolução 865 de 10/05/2024](#). Autoriza, extraordinária e temporariamente, a venda livre e a doação de álcool etílico na concentração de 70% p/p (setenta por cento, expresso em peso por peso), na forma física líquida, devidamente regularizado na Anvisa, para o enfrentamento da ocorrência do estado de calamidade pública decorrente de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 8.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. [Resolução 866 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre as ações excepcionais e temporárias a serem adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para doação internacional de alimentos dispensados de registro, cosméticos, produtos de higiene e saneantes sujeitos à fiscalização sanitária, para o enfrentamento do estado de calamidade pública derivada de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 10/05/2024, n. 90-B, p. 9.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diretoria Colegiada. [Resolução 869 de 16/05/2024](#). Altera a [Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 863](#), de 8 de maio de 2024, que dispõe sobre as ações excepcionais e temporárias a serem adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa para o enfrentamento da ocorrência do estado de calamidade pública em parte do território nacional e atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 145.

## Ministério do Trabalho e Emprego

[Portaria 659 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre autorização de novo saque em intervalo inferior a 12 (doze) meses do FGTS, alcançados por estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 09/05/2024, n. 89, p. 1.

[Portaria 691 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre autorização de novo saque em intervalo inferior a 12 (doze) meses do FGTS, alcançados por estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 09/05/2024, n. 89, p. 3.

[Portaria 729 de 15/05/2024](#). Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os empregadores situados em municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 15/05/2024, n. 93, p. 4.

[Portaria 838 de 27/05/2024](#). Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública para atendimento das consequências derivadas de eventos climáticos reconhecido pelo [Decreto Legislativo nº 36](#), de 7 de maio de 2024, no estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. DOU (Seção 1), de 28/05/2024, n. 102, p. 188.

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. [Resolução 1.001 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre a ampliação do benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores com domicílio em 336 municípios do território do Estado do Rio Grande do Sul, declarados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em situação de calamidade pública, por meio da Portaria nº 1.379, de 5 de maio de 2024. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 09/05/2024, n. 89, p. 4.

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. [Resolução 1.002 de 09/05/2024](#). Dispõe sobre a antecipação do pagamento do abono salarial aos trabalhadores vinculados ao PIS e ao PASEP, cujo estabelecimento do empregador possua domicílio no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 09/05/2024, n. 89, p. 4.

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. [Resolução 1.003 de 13/05/2024](#). Autoriza o Ministro do Trabalho e Emprego a conceder ampliação do benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores com domicílio em municípios do território do Estado do Rio Grande do Sul, declarados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em situação de calamidade pública e reconhecidos pelo Governo Federal. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 15/05/2024, n. 93, p. 4.

Secretaria de Inspeção do Trabalho. [Edital 5 de 15/05/2024](#). Orienta sobre a suspensão da exigibilidade do FGTS autorizada pela [Portaria nº 729](#), de 15 de maio de 2024. DOU (Seção 3/Extra A), de 20/05/2024, n. 96-A, p. 1.

## Ministério dos Transportes

Agência Nacional de Transportes Terrestres. [Portaria 110 de 08/05/2024](#). [Atribui atendimento prioritário e dispensa dos procedimentos de fiscalização nos Postos de Pesagem Veicular em todas as rodovias federais concedidas, os veículos de transporte rodoviário de cargas que transportem donativos destinados ao atendimento da população atingida pela calamidade pública decretada pelo Estado do Rio Grande do Sul.]. DOU (Seção 1/Ed. Extra A), de 08/05/2024, n. 88, p. 1.

Agência Nacional de Transportes Terrestres. [Portaria 112 de 09/05/2024](#). [Atribui atendimento prioritário e dispensar dos procedimentos de fiscalização nos Postos de Pesagem Veicular em todas as rodovias federais concedidas, os veículos de transporte rodoviário de cargas que transportem donativos destinados ao atendimento da população atingida pela calamidade pública decretada pelo Estado do Rio Grande do Sul.]. DOU (Seção 1/Ed. Extra B), de 09/05/2024, n. 89, p. 3.

Conselho Nacional de Trânsito. [Deliberação 274 de 15/05/2024](#). Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e as entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, em razão do estado de calamidade oriundo dos eventos climáticos em curso no

Estado do Rio Grande do Sul - [Decreto Estadual nº 57.596/2024](#). DOU (Seção 1/Extra D), de 20/05/2024, n. 96-D, p. 4.

### Ministério do Turismo

[Portaria 15, de 06/05/2024](#). Estabelece, excepcionalmente, ação específica, no âmbito do Fundo Geral de Turismo (Novo Fungetur), para os prestadores de serviços turísticos e as sociedades empresárias a que se refere o art. 21 da [Lei nº 11.771](#), de 17 de setembro de 2008, para o território do Estado do Rio Grande do Sul/RS, em decorrência do Estado de Calamidade Pública reconhecido pela [Portaria MIDR nº 1.354](#), de 2 de maio de 2024, conforme [Decreto nº 57.596](#) de 1º de maio de 2024. DOU (Seção 1/Ed. Extra C), de 06/05/2024, n. 86, p. 5.

### Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada. [Resolução 378 de 13/05/2024](#). Estabelece, por tempo determinado, diante dos impactos da emergência climática no Rio Grande do Sul na economia, critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações, para fins do gerenciamento do risco de crédito, tituladas por contrapartes afetadas por tais eventos, de conglomerados prudenciais classificados como Tipo 2 ou como Tipo 3, de instituições de pagamento não integrantes de conglomerado prudencial, de sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e de sociedades corretoras de câmbio, bem como dos conglomerados por elas liderados. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 85.

Diretoria Colegiada. [Resolução 379 de 13/05/2024](#). Altera a [Resolução BCB nº 188](#), de 23 de fevereiro de 2022, que institui o recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança, para estabelecer deduções da exigibilidade em função do estado de calamidade pública de que trata o [Decreto Legislativo nº 36](#), de 7 de maio de 2024. DOU (Seção 1), de 14/05/2024, n. 92, p. 85.

Diretoria Colegiada. [Resolução 380 de 15/05/2024](#). Estabelece, temporariamente, as datas-limites para remessa de documentos contábeis ao Banco Central do Brasil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que tenham sede ou dependência nos municípios afetados pelos eventos climáticos na região Sul do país. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 161.

Diretoria Colegiada. [Resolução 381 de 15/05/2024](#). Dispõe sobre medidas temporárias e em caráter de excepcionalidade aplicáveis ao funcionamento de grupos de consórcio. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 161.

Diretoria Colegiada. [Resolução 383 de 27/05/2024](#). Suspende, por noventa dias, os prazos de encaminhamento de cédulas e de moedas metálicas retidas no estado do Rio Grande do Sul para exame de legitimidade e para exame de danos produzidos por dispositivo antifurto, de que tratam a [Resolução BCB nº 223](#), de 30 de março de 2022, e a [Circular nº 3.538](#), de 1º de junho de 2011. DOU (Seção 1), de 29/05/2024, n. 103, p. 186.

Procuradoria-Geral. [Portaria 120.289 de 07/05/2024](#). [Suspende, por 90 dias, medidas de cobrança administrativa e judicial dos créditos do Banco Central do Brasil em face de

pessoas físicas e jurídicas com residência ou sede no Estado do Rio Grande do Sul.]. DOU (Seção 1), de 08/05/2024, n. 88, p. 160.

#### CGC - Controladoria-Geral da União

[Portaria Conjunta 4 de 09/05/2024](#). Prorroga, de ofício, a vigência e os prazos de instrumentos de transferência voluntária de recursos públicos da União celebrados com o Estado do Rio Grande do Sul ou com seus Municípios afetados pelos eventos climáticos chuvas intensas enquadrados na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.3.2.1.4 - reconhecido pela [Portaria SEDEC/MIDR nº 1.377](#), de 5 de maio de 2024, e suas alterações, e suspende a aplicação de prazos estabelecidos pela [Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33](#), de 30 de agosto de 2023, e pela [Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424](#), de 30 de dezembro de 2016. DOU (Seção 1), de 10/05/2024, n. 90, p. 336.

Secretaria Nacional de Acesso à Informação. [Instrução Normativa 35 de 15/05/2024](#). Dispõe sobre procedimento para recebimento extemporâneo dos recursos previstos nos artigos 21, 23 e 24 do [Decreto nº 7.724](#), de 16 de maio de 2012 [que regulamenta a [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da [Constituição](#).], em razão do estado de calamidade pública enfrentado no Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 161.

#### TCU - Tribunal de Contas da União

[Decisão Normativa 211 de 13/05/2024](#). Altera o prazo máximo estabelecido para a instauração da tomada de contas especial previsto na [IN-TCU nº 71](#), de 28 de novembro de 2012 [que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial]. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 121.

[Portaria 83 de 13/05/2024](#). Suspende os prazos processuais, no âmbito do TCU, aplicáveis aos municípios e às demais unidades jurisdicionadas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 122.

[Portaria 85 de 14/05/2024](#). Altera os prazos para o encaminhamento das peças integrantes das prestações de contas do exercício de 2023. DOU (Seção 1), de 15/05/2024, n. 93, p. 122.

### PODER JUDICIÁRIO

#### CNJ - Conselho Nacional de Justiça

[Recomendação 150 de 02/05/2024](#). Recomenda aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça Militar e aos Tribunais Regionais Federais que autorizem os respectivos juízos criminais a efetuarem repasses de valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. DJ-e do CNJ, de 02/05/2024, n. 92, p. 2.

[Recomendação 151 de 10/05/2024](#). Altera a [Recomendação CNJ nº 150/2024](#), que recomenda aos Tribunais de Justiça, aos Tribunais de Justiça Militar e aos Tribunais Regionais Federais que autorizem os respectivos juízes criminais a efetuarem repasses de valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. DJ-e do CNJ, de 10/05/2024, n. 102, p. 2.

[Decisão](#). [Determina a suspensão, no período de 2 a 10 de maio de 2024, da contagem dos prazos processuais nos Tribunais do país, naqueles feitos de que sejam parte o Estado do Rio Grande do Sul ou seus Municípios, bem como naqueles que sejam oriundos das varas e tribunais sediados no Estado ou cujas partes estejam representadas exclusivamente por advogados inscritos na Seccional da OAB/RS. Referidos prazos voltam a fluir em 11 de maio de 2024.]. DJ-e do CNJ, de 06/05/2024, n. 95, p. 7.

[Decisão 1851224 – SEI CNJ 05868/2024](#). [Determina a suspensão, no período de 2 a 31 de maio de 2024, da contagem dos prazos processuais nos Tribunais do país, inclusive Superiores, bem como no Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos feitos: i) em que o Estado do Rio Grande do Sul ou seus Municípios sejam partes; ii) em que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul seja parte; iii) oriundos das varas e tribunais sediados no Estado; iv) cujas partes estejam representadas exclusivamente por advogados inscritos na Seccional da OAB/RS; v) cujas partes sejam representadas pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.]. DJ-e do CNJ, de 14/05/2024, n. 104, p. 2.

[Decisão 1853332 – SEI CNJ 05868/2024](#), [Determina a extensão dos efeitos da decisão id. 1851224 às audiências e às sessões de julgamento, excepcionando-se os casos urgentes e aqueles em que a demora possa acarretar risco de grave prejuízo ou de difícil reparação, nos Tribunais do país, inclusive Superiores, bem como no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho da Justiça Federal e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.]. DJ-e do CNJ, de 14/05/2024, n. 104, p. 2.

[Portaria 157 de 07/05/2024](#). Autoriza de forma emergencial e excepcional o acesso às informações processuais na plataforma CODEX pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). DJ-e do CNJ, de 07/05/2024, n. 97, p. 2.

[Portaria 161 de 09/05/2024](#). Cria comitê de apoio e monitoramento para os serviços judiciários no estado do Rio Grande do Sul, afetados pelo evento climático extremo ocorrido entre abril e maio de 2024. DJ-e do CNJ, de 10/05/2024, n. 102, p. 3.

## **STF - Supremo Tribunal Federal**

[Resolução 829 de 04/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais. DJ-e do STF, de 06/05/2024.

[Resolução 830 de 06/05/2024](#). Estende a suspensão dos prazos processuais prevista na [Resolução STF nº 829](#), de 04 de maio de 2024, aos feitos em que houver atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. DJ-e do STF, de 07/05/2024.

[Resolução 831 de 09/05/2024](#). Prorroga a suspensão de prazos decorrente do Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul. DJ-e do STF, de 10/05/2024.

### STJ - Superior Tribunal de Justiça

[Resolução 10 de 05/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais. Boletim de Serviço do STJ, 07/05/2024.

[Resolução 11 de 10/05/2024](#). Prorroga a suspensão de prazos decorrente do Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul. DJ-e do STJ, n. 3864, de 10/05/2024.

### CJF - Conselho da Justiça Federal

[Recomendação 23 de 06/05/2024](#). Recomenda aos juízes federais com competência criminal que repassem valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 152.

[Portaria 252 de 05/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público no Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos dias 6 a 10 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024.

[Portaria 258 de 06/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos processuais nos sistemas PJeCor e SEI cuja parte ou seu representante sejam oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 09/05/2024.

[Portaria 280 de 10/05/2024](#). Dispõe sobre a suspensão de prazos nos sistemas PJeCor e SEI cuja parte ou seu representante sejam oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 10/05/2024.

Corregedoria-Geral da Justiça Federal. [Provimento 3 de 16/05/2024](#). Dispõe sobre alteração do [Provimento CG-CJF nº 1](#), de 15 de março de 2021 [que dispõe sobre a metodologia aplicada às inspeções e autoinspeções no âmbito dos Tribunais Regionais Federais]. DOU (Seção 1), de 20/05/2024, n. 96, p. 288.

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. [Portaria 253 de 05/05/2024](#). Dispõe sobre a alteração da data da sessão virtual de julgamento da Turma Nacional de Uniformização - TNU. DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 152.

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. [Portaria 254 de 05/05/2024](#). Dispõe sobre os prazos processuais na Turma Nacional de Uniformização - TNU no período de 3 de maio de 2024 a 7 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 06/05/2024 e DOU (Seção 1), de 07/05/2024, n. 87, p. 152.

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. [Portaria 265 07/05/2024](#). Dispõe sobre o cancelamento das reuniões preparatórias e da sessão ordinária de julgamento da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 08/05/2024.

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. [Portaria 266 de 07/05/2024](#). Dispõe sobre os prazos processuais na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU no período de 8 a 17 de maio de 2024. Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 08/05/2024.

Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. [Portaria 292 de 16/05/2024](#). Dispõe sobre os prazos processuais na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais - TNU no período de 18 a 31 de maio de 2024. DOU (Seção 1), de 17/05/2024, n. 95, p. 177.

### **TSE - Tribunal Superior Eleitoral**

[Portaria 340 de 06/05/2024](#). Suspende, no período de 2 a 10 de maio de 2024, a contagem dos prazos processuais dos feitos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul. DJE-TSE, de 08/05/2024, n. 74, p. 136.

[Portaria 354 de 10/05/2024](#). Prorroga até o dia 10 de junho de 2024 a suspensão dos prazos processuais dos feitos provenientes do Estado do Rio Grande do Sul. DJE-TSE, de 13/05/2024, n. 77, p. 461.

### **TRF3 - Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

[Portaria Conjunta 34 de 07/05/2024](#). Dispõe sobre a destinação dos recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal, dos acordos de não persecução penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais, tendo em vista o disposto na [Recomendação n.º 150](#), de 2 de maio de 2024 do Conselho Nacional de Justiça. DEJF 3ªR (Ed. Adm.), de 08/05/2024, n. 85, p. 3.

## **ENTIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES LIBERAIS**

### **Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**

[Resolução 12 de 10/05//2024](#). Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais para advogados(as) inscritos(as) na Seccional da OAB do Rio Grande do Sul, em decorrência da calamidade pública declarada no Estado. DE da OAB de 13/05/2024.

## **LEGISLAÇÃO ESTADUAL RS**

[Lei 16.134 de 24/05/2024](#). Institui o Plano Rio Grande, Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, cria o Fundo do Plano Rio Grande - FUNRIGS – e dá outras providências. DOE do RS de 24/05/2024, 3. ed., p. 4.

[Decreto 57.596 de 1º/05/2024](#). Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024. DOE do RS de 01/05/2024, p. 4.

[Decreto 57.600 de 04/05/2024](#). Reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. DOE do RS de 05/05/2024, p. 5.

[Decreto 57.601 de 04/05/2024](#). Institui Comitê Gestor com a finalidade de definir ações, medidas e critérios para a distribuição das doações destinadas às vítimas da calamidade pública decorrente das chuvas intensas que atingiram o território do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 24 de abril de 2024. DOE do RS de 05/05/2024, p. 11.

[Decreto 57.602 de 04/05/2024](#). Suspende as audiências, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos da administração pública estadual direta e indireta no período de 6 a 10 de maio de 2024. DOE do RS de 05/05/2024, p. 12.

[Decreto 57.603 de 05/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. DOE do RS, de 05/05/2024, 2. ed., p. 4.

[Decreto 57.604 de 07/05/2024](#). Dispõe sobre critérios excepcionais para transferência de recursos no Fundo Estadual de Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul - FUNDEC/RS, aos Municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrente dos eventos climáticos de chuvas intensas no território do Estado do Rio Grande do Sul, de que trata o [Decreto nº 57.596](#), de 1º de maio de 2024. DOE do RS, de 07/05/2024, 2. ed., p. 4.

[Decreto 57.605 de 07/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. DOE do RS, de 07/05/2024, 3. ed., p. 4.

[Decreto 57.606 de 09/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.601](#), de 4 de maio de 2024, que institui Comitê Gestor com a finalidade de definir ações, medidas e critérios para a distribuição das doações destinadas às vítimas da calamidade pública decorrente das chuvas intensas que atingiram o território do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 24 de abril de 2024. DOE do RS, de 10/05/2024, 2. ed., p. 4.

[Decreto 57.607 de 09/05/2024](#). Cria o Programa Volta por Cima Maio de 2024, com fundamento na [Lei nº 15.977](#), de 12 de julho de 2023, e institui auxílio financeiro destinado à população vítima das contingências decorrentes das chuvas intensas e enchentes no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2024. DOE do RS de 10/05/2024, 2. ed., p. 4.

[Decreto 57.609 de 13/05/2024](#). Suspende as audiências, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos da administração pública estadual direta e indireta, inclusive no processo administrativo tributário, devido ao estado de calamidade pública

declarado pelo [Decreto nº 57.596](#), de 1º de maio de 2024, e reiterado pelo Decreto nº 57.600, de 4 de maio de 2024. DOE do RS de 13/05/2024, 2. ed. p. 16.

[Decreto 57.614 de 13/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. DOE do RS de 13/05/2024, 2. ed., p. 20.

[Decreto 57.620 de 14/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.601](#), de 4 de maio de 2024, que institui Comitê Gestor com a finalidade de definir ações, medidas e critérios para a distribuição das doações destinadas às vítimas da calamidade pública decorrente das chuvas intensas que atingiram o território do Estado do Rio Grande do Sul a partir de 24 de abril de 2024. DOE do RS de 14/05/2024, 3. ed., p. 13.

[Decreto 57.623 de 17/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.607](#), de 9 de maio de 2024, que cria o Programa Volta por Cima Maio de 2024, com fundamento na [Lei nº 15.977/2023](#), e institui auxílio financeiro destinado à população vítima das contingências decorrentes das chuvas intensas e enchentes no Estado do Rio Grande do Sul no período de 1º de janeiro a 31.05.2024. DOE do RS de 17/05/2024, 2.ed., p. 4.

[Decreto 57.626 de 21/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. DOE do RS de 21/05/2024, 2. ed., p. 6.

[Decreto 57.646 de 30/05/2024](#). Altera o [Decreto nº 57.600](#), de 4 de maio de 2024, que reitera o estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, [COBRADE 1.3.2.1.4](#), que ocorrem no período de 24 de abril ao mês de maio de 2024, e especifica os Municípios atingidos. DOE do RS de 21/05/2024, 2. ed., p. 6.

[Decreto 57.647 de 03/06/2024](#). Regulamenta o Plano Rio Grande, Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Lei nº 16.134, de 24 de maio de 2024, e institui o respectivo Comitê Gestor, Conselho e Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, do Rio Grande do Sul nos anos de 2023 e 2024, bem como dispõe sobre o Fundo do Plano Rio Grande - FUNRIGS. DOE do RS de 03/06/2024, 2. ed., p. 7.

## **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Porto Alegre)**

[Lei 13.934 de 05/06/2024](#). Altera os §§ 1º, 3º e 7º do art. 3º, o inc. II do caput do art. 5º, o caput e os §§ 1º e 2º do art. 6º e o art. 8º; inclui § 2º no art. 1º, inc. V no art. 3º e art. 9º A; e revoga o § 4º do art. 3º, todos na [Lei nº 13.640](#), de 29 de setembro de 2023, que institui o Programa de Recuperação Emergencial e Auxílio Humanitário, destinado à mitigação de danos à população afetada por situações de emergência ou calamidade pública, no Município de Porto Alegre. DOPA, 05/06/2024, ano 29, ed. 7277-Extra, p. 1.

[Decreto 22.647 de 02/05/2024](#). Declara estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas – [COBRADE 1.3.2.1.4](#), conforme [Portaria nº 260/2022](#) do Ministério de Desenvolvimento Regional. DOPA, 02/05/2024, ano 29, ed. 7250-Extra, p. 1.

[Decreto 22.657 de 06/05/2024](#). Dispõe sobre medidas complementares em razão do estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas, conforme [Decreto nº 22.647](#), de 2 de maio de 2024. DOPA, 06/05/2024, ano 29, ed. 7253-Extra, p. 1.

[Decreto 22.662 de 07/05/2024](#). Altera o art. 5º do [Decreto nº 22.647](#), de 2 de maio de 2024, que declara estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas – [COBRADE 1.3.2.1.4](#), conforme [Portaria nº 260/2022](#) do Ministério de Desenvolvimento Regional. DOPA, 08/05/2024, ano 29, ed. 7255, p. 1.

[Decreto 22.682 de 21/05/2024](#). Altera o art. 4º, inclui o art. 4º-A e o parágrafo único do art. 5º do [Decreto nº 22.657](#), de 6 de maio de 2024, que dispõe sobre medidas complementares em razão do estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas, conforme [Decreto nº 22.647](#), de 2 de maio de 2024. DOPA, 22/05/2024, ano 29, ed. 7266, p. 2.

Veja mais em (pesquisa contendo 150 normas): [SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo \(portoalegre.rs.gov.br\)](#)



Fonte: [Site Metsul Meteorologia](#)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES

Principais atos	Status	Ementa
<a href="#">Lei 14.750 de 12/12/2023</a>	Vigente ▾	Altera as <a href="#">Leis nºs 12.608</a> , de 10 de abril de 2012, e <a href="#">12.340</a> , de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.
<a href="#">Lei 12.608 de 10/04/2012</a>	Vigente ▾	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as <a href="#">Leis nºs 12.340</a> , de 1º de dezembro de 2010, <a href="#">10.257</a> , de 10 de julho de 2001, <a href="#">6.766</a> , de 19 de dezembro de 1979, <a href="#">8.239</a> , de 4 de outubro de 1991, e <a href="#">9.394</a> , de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
<a href="#">Lei 12.187 de 29/12/2009</a>	Vigente ▾	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.  Veja também <a href="#">PL 2.088/2023</a>
<a href="#">Lei 12.114 de 09/12/2009</a>	Vigente ▾	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da <a href="#">Lei nº 9.478</a> , de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.
<a href="#">Decreto 12.041 de 05/06/2024</a>	Vigente ▾	Institui o Programa Cidades Verdes Resilientes.
<a href="#">Decreto 12.040 de 05/06/2024</a>	Vigente ▾	Altera o <a href="#">Decreto nº 11.550</a> , de 5 de junho de 2023, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.
<a href="#">Decreto 11.632 de 11/08/2023</a> - Art. 1º, VI (integrar ao processo de transição ecológica)	Vigente ▾	Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento e o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento. <a href="#">Plano de Transformação/Transição Ecológica</a> - Ministério da Fazenda  Veja também <a href="#">PL 2148/2015</a>
<a href="#">Decreto 11.550 de 05/06/2023</a>	Vigente ▾	Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

Principais atos	Status	Ementa
<a href="#">Decreto 10.593 de 24/12/2020</a>	Vigente ▾	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres.
<a href="#">Decreto 9.578 de 22/11/2018</a>	Vigente ▾	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a <a href="#">Lei nº 12.114</a> , de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a <a href="#">Lei nº 12.187</a> , de 29 de dezembro de 2009.
<a href="#">Decreto 9.172 de 17/10/2017</a>	Vigente ▾	Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII do caput do art. 6º da <a href="#">Lei nº 12.187</a> , de 29 de dezembro de 2009, e altera o <a href="#">Decreto nº 7.390</a> , de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política.
<a href="#">Decreto 9.082 de 26/06/2017</a>	Vigente ▾	Institui o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.
<a href="#">Decreto 9.073 de 05/06/2017</a>	Vigente ▾	Promulga o <a href="#">Acordo de Paris</a> sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.
<a href="#">Decreto 6.263 de 21/11/2007</a>	Revogada ▾	Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Revogado pelo <a href="#">Decreto 10.223 de 05/02/2020</a> . Veja também <a href="#">PL 4129/2021</a>
<a href="#">Decreto 5.445 de 12/05/2005</a>	Vigente ▾	Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
<a href="#">Decreto 2.652 de 01/07/1998</a>	Vigente ▾	Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992.
<a href="#">Portaria 150 de 10/05/2016</a> (Ministério do Meio Ambiente)	Vigente ▾	Institui o <a href="#">Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima</a> e dá outras providências.

## NOTÍCIAS EM DESTAQUE

- CNJ - [CNJ aprova resolução com diretrizes para destinação de valores e bens de pena de multa](#)
- CNJ - [Corregedor Nacional autoriza transferência de R\\$ 10 milhões para auxílio de vítimas no Rio Grande do Sul](#)
- CNJ - [CNJ suspende prazos de processos com origem no Rio Grande do Sul ou que tenham advogados inscritos na OAB do estado](#)
- CNJ - [Tribunais do Rio Grande do Sul adotam plantão durante calamidade pública causada por enchentes](#)
- CNJ - [Tribunais de todo o país regulamentam transferência de recursos para auxiliar RS](#)
- CNJ - [CNJ antecipa lançamento de serviços emergenciais para o RS](#)
- CNJ - [Tragédia no RS: Judiciário inicia força-tarefa para emissão de documentos a vítimas](#)
- CNJ - [Enchentes no RS: CNJ emite diretrizes para sistemas penal e socioeducativo](#)
- CNJ - [CNJ cria comitê para acompanhar serviços judiciários no RS](#)
- CNJ - [Enchentes no RS: CNJ estende suspensão de prazos processuais até 31 de maio](#)
- CNJ - [Tribunais de contas julgarão gasto de verba destinada pelo Judiciário para calamidades, determina CNJ](#)
- CNJ - [CNJ autoriza ida de policiais judiciais de tribunais do país ao RS para ajuda humanitária](#)
- CNJ - [Postos fixos passam a receber pedidos de emissão de certidões a atingidos no RS](#)
- CNJ - [Judiciário já repassou mais de R\\$ 152 milhões à Defesa Civil gaúcha](#)
- STF - [Presidente do STF suspende prazos de ações que envolvam o Rio Grande do Sul ou advogados do estado](#)
- STF - [STF participa de reunião para o anúncio de novas ações de ajuda ao RS](#)
- STF - [STF debate papel das cortes constitucionais no enfrentamento das mudanças climáticas](#)
- STF - [STF julgará diretamente no Plenário ação contra alterações em normas ambientais do RS](#)
- STJ - [Estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul leva STJ a suspender prazos processuais](#)

CJF - [TNU comunica suspensão dos prazos processuais e marcará nova data para sessão virtual de maio](#)

CJF - [Prazos processuais estão suspensos em toda a 4ª Região](#)

CJF - [TNU suspende sessão de 15 de maio e prazos processuais, em razão do estado de calamidade no RS](#)

CJF - [Portaria suspende prazos no PJeCor e SEI para partes ou representantes do RS, no âmbito da Corregedoria-Geral e corregedorias regionais](#)

CJF - [CNJ determina suspensão da contagem dos prazos processuais até 31 de maio](#)

CJF - [Ministra Maria Thereza presta solidariedade ao TRF4 durante sessão do Conselho](#)

CJF - [Colegiado do CJF referenda recomendação que autoriza repasse dos valores de prestações pecuniárias e outros benefícios à Defesa Civil do Rio Grande do Sul](#)

Senado - [Congresso altera LDO para facilitar apoio ao RS e a pessoas com autismo](#)

Senado - [CAS aprova aumento de pena para crimes cometidos em epidemia](#)

Senado - [Aprovada, suspensão de pagamento da dívida do RS por três anos vai à sanção](#)

Senado - [Medidas provisórias contra desastres climáticos revelam 'mapa das tragédias'](#)

Senado - [Lei altera LDO para apoio ao Rio Grande do Sul](#)

Senado - [Agricultura familiar terá verba para recuperação após desastres, determina nova lei](#)

Câmara - [Aprovada alteração no Orçamento de 2024 que facilita repasse de recursos para o Rio Grande do Sul](#)

Câmara - [Comissão de Constituição e Justiça aprova aumento de pena para estelionato em calamidade pública](#)

Câmara - [Comissão aprova facilidade de acesso à pensão por morte em caso de desaparecidos](#)

ConJur - [Tribunais de todo o país regulamentam transferência de recursos para auxiliar RS](#)

ConJur - [CNJ promoverá ação emergencial de emissão de documentos no RS](#)

ConJur - [Judiciário brasileiro já liberou mais de R\\$ 60 milhões para ajuda ao Rio Grande do Sul](#)

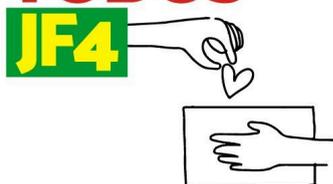
ConJur - [CNJ suspende julgamentos com origem no RS ou advogados inscritos no estado](#)

ConJur - [AGU e plataformas assinam protocolo contra fake news sobre RS](#)

ConJur - [Tribunais já destinaram quase R\\$ 180 milhões ao Rio Grande do Sul](#)

Migalhas - [Chuvas obrigam salto tecnológico e TJ/RS migra sistema de processos para a nuvem](#)

**SOMOS  
TODOS** Ajude as famílias  
da Justiça Federal  
da 4ª Região.



**Dezenas de nós foram profundamente impactados com as enchentes.**

Contamos com cada integrante da 4ª Região para levar esperança às famílias desabrigadas do TRF4 e da JFRS.

**Para esta ação foi criado um pix de arrecadação. Colabore!**

**Chave PIX: [ajudars@apajufe.org.br](mailto:ajudars@apajufe.org.br)**

Banco do Brasil | Agência: 3793-1 | Conta Corrente: 911-3  
Titular da Conta: Associação Paranaense dos Juizes Federais

CAMPANHA CONJUNTA:

